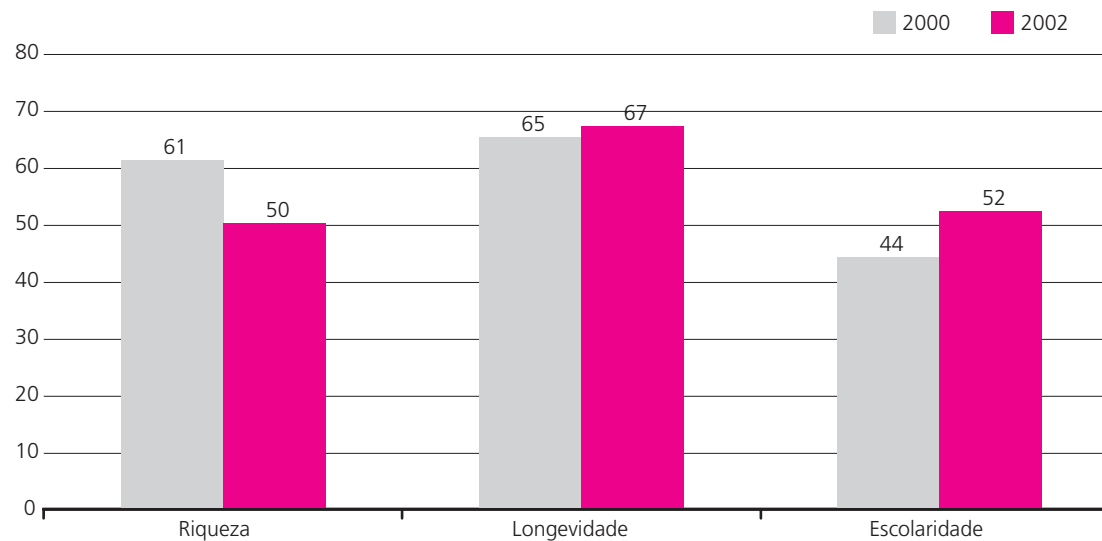


O IPRS no Estado de São Paulo

No período 2000 a 2002,⁸ observou-se no conjunto dos municípios do Estado de São Paulo um acentuado decréscimo no indicador de riqueza, decorrente basicamente do racionamento

de energia elétrica ocorrido em 2001. Em 2002, praticamente na totalidade dos 645 municípios do Estado, os níveis de consumo de energia elétrica, tanto o residencial quanto os relacionados a importantes setores da economia, ainda se encontravam abaixo

Gráfico 1
Dimensões do IPRS
Estado de São Paulo
2000-2002



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Nota: Score médio.

8. Os anos que aparecem nos gráficos e texto relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Para as dimensões de riqueza e escolaridade, esses anos coincidem com os de referência das variáveis originais. Na longevidade, para o IPRS-2000, as taxas de mortalidade referem-se à média do período 1999-2001 e, para o IPRS-2002, à média de 2001 a 2003.

dos níveis de 2000. Esse foi o principal motivo para o desempenho desfavorável do indicador sintético de riqueza municipal no período, o que provocou a mudança no ponto de corte do indicador – de 50 para 41 pontos. Em contrapartida, os indicadores sociais mostraram avanços expressivos, sobretudo quanto ao aumento da cobertura da educação infantil nos municípios paulistas e à redução da mortalidade em todas as faixas etárias consideradas. Esse comportamento provocou um aumento, em relação a 2000, nos pontos de corte que permitem classificar os indicadores de longevidade e escolaridade em três categorias: baixa, média e alta.⁹

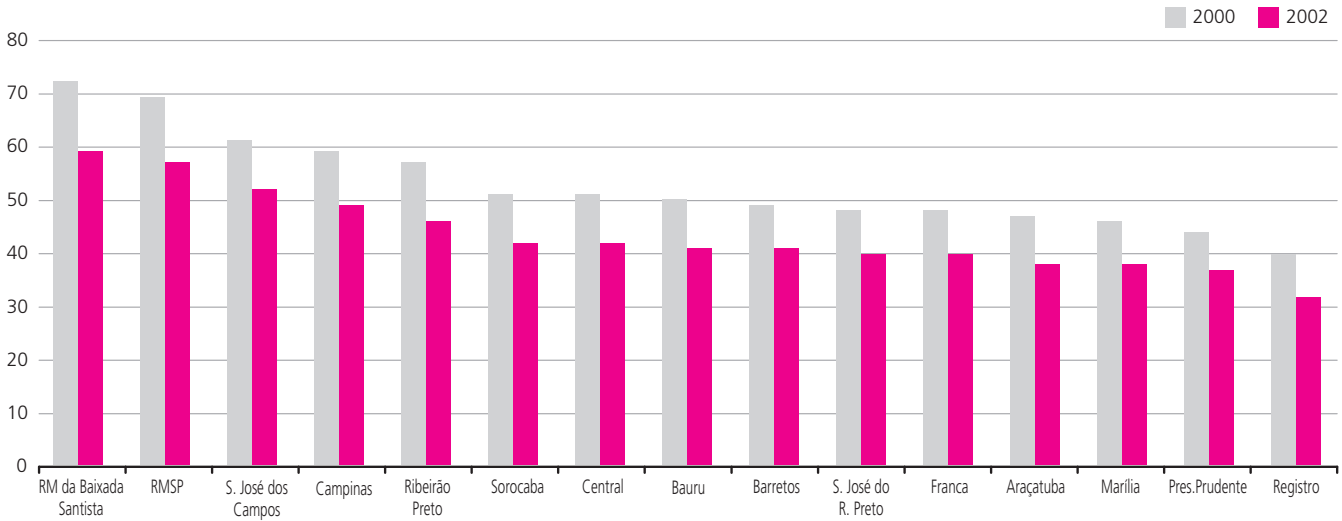
Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,¹⁰ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 2000-2002, o seguinte comportamento:

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura, no setor serviços e no comércio diminuiu de 16,3 MW para 13,8 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial ainda se encontrava abaixo dos níveis de 2000, passando de 2,7 MW para 2,1 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal variou de R\$ 1.175 para R\$ 1.082;
- o valor adicionado fiscal *per capita* passou de R\$ 8.046 para R\$ 8.118.

A análise dos componentes do indicador de riqueza municipal mostrou que, em 2002, ainda se fazia presente o impacto do racionamento de energia elétrica ocorrido no ano anterior, no cotidiano das pessoas e em praticamente todos os segmentos da economia. Nesse ano, o consumo de energia elétrica por ligação residencial equivalia a aproximadamente 79% do valor

Gráfico 2
Dimensão Riqueza
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2000-2002



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.
Nota: Escore médio.

9. A mudança nos pontos de corte é um corolário do caráter relativo do IPRS, isto é, a classificação de cada município na escala do índice reflete seu desempenho em relação ao conjunto dos municípios paulistas.
10. As variáveis monetárias estão expressas em reais de 2002. O rendimento médio do setor formal foi inflacionado pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Dieese, e o valor adicionado fiscal *per capita* foi corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

observado em 2000. Nos setores primário e terciário da economia essa razão era de 85%. Por seu turno, o componente associado à renda das famílias – rendimento médio dos assalariados do setor formal – mostrou perda do poder de compra, no período. Nos níveis da produção observou-se ligeiro aumento da produtividade.

Sob a ótica regional, nota-se retração do indicador de riqueza municipal em todas as 15 regiões administrativas, em torno de 18% daquele verificado em 2000, indicando o efeito generalizado do racionamento de energia de 2001. A região com menor queda proporcional no indicador foi São José dos Campos e aquelas com as maiores corresponderam a Registro, Ribeirão Preto e Araçatuba. Em 2002, as regiões mais bem posicionadas nessa dimensão constituem áreas metropolitanas ou estão situadas nos eixos das Rodovias Anhangüera e Presidente Dutra. Aquelas que obtiveram os menores escores de riqueza foram, em ordem decrescente, Marília, Presidente Prudente e Registro. Merece menção o primeiro lugar da Região Metropolitana da Baixada Santista nos dois anos considerados, consequência, em parte, da forma de cálculo do consumo de energia elétrica por ligação residencial para os municípios turísticos (Gráfico 2).

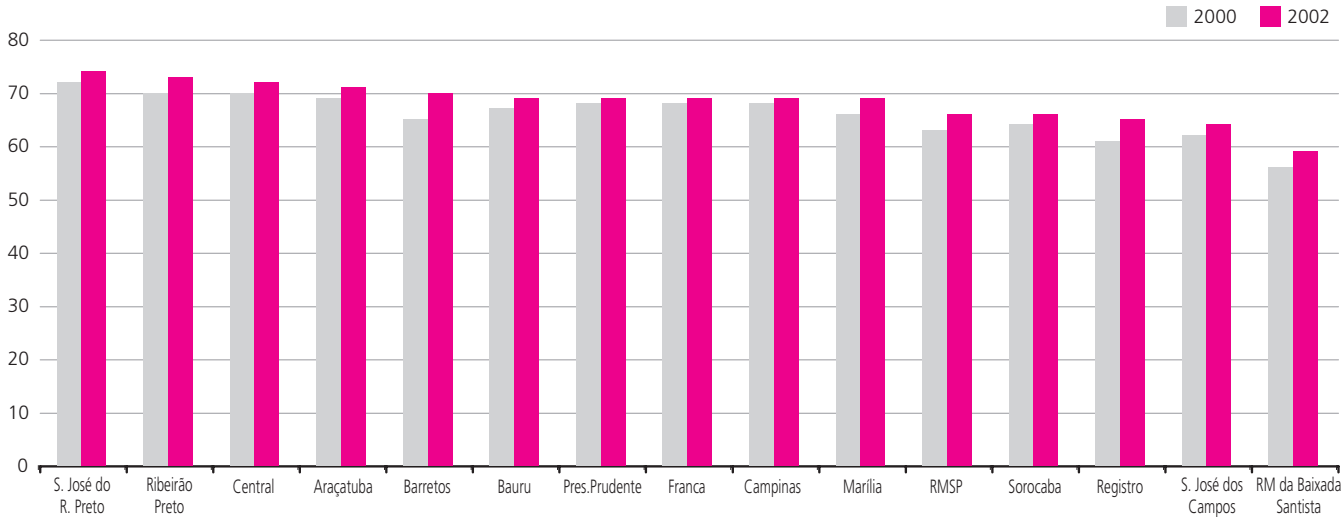
Longevidade

Sob a perspectiva da longevidade, o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo apresentou progressos importantes, que podem ser observados pelo comportamento das variáveis dessa dimensão, entre 2000 e 2002:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 16,8 para 15,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 18,3 para 16,8;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) passou de 2,2 para 2,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 60 anos ou mais (por mil habitantes) variou de 39,7 para 38,9.

A mortalidade infantil apresentou redução relativa de aproximadamente 9%, entre 2000 e 2002. Nesse último ano, o valor observado para o Brasil era de 27,8 mortes por mil nascidos vivos, sendo, portanto, mais que o dobro da taxa do Estado de São Paulo. Em relação aos outros países da América Latina, a taxa de mortalidade infantil paulista (15,3) era inferior à observada para a Argentina (16) e, ainda, das registradas para o México

Gráfico 3
Dimensão Longevidade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2000-2002



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.
Nota: Escore médio.

(24) e Paraguai (26), porém, ainda se mantinha em patamares superiores aos observados para o Chile (10) e Uruguai (14), bem como para o conjunto dos países desenvolvidos (6).¹¹

Em comparação aos demais Estados brasileiros, para 2001, apenas Santa Catarina (15,5), Rio Grande do Sul (15,8) e Distrito Federal (15,7) apresentavam taxas de mortalidade infantil inferiores à paulista (16,5). Entre os Estados da Região Sudeste, o que mais se aproxima de São Paulo é o Espírito Santo (17,9). Nas demais regiões brasileiras, com exceção do Sul (16,4), os coeficientes de mortalidade infantil ainda são muito elevados: 28,1 no Norte, 43,0 no Nordeste e 20,9 no Centro-Oeste.¹²

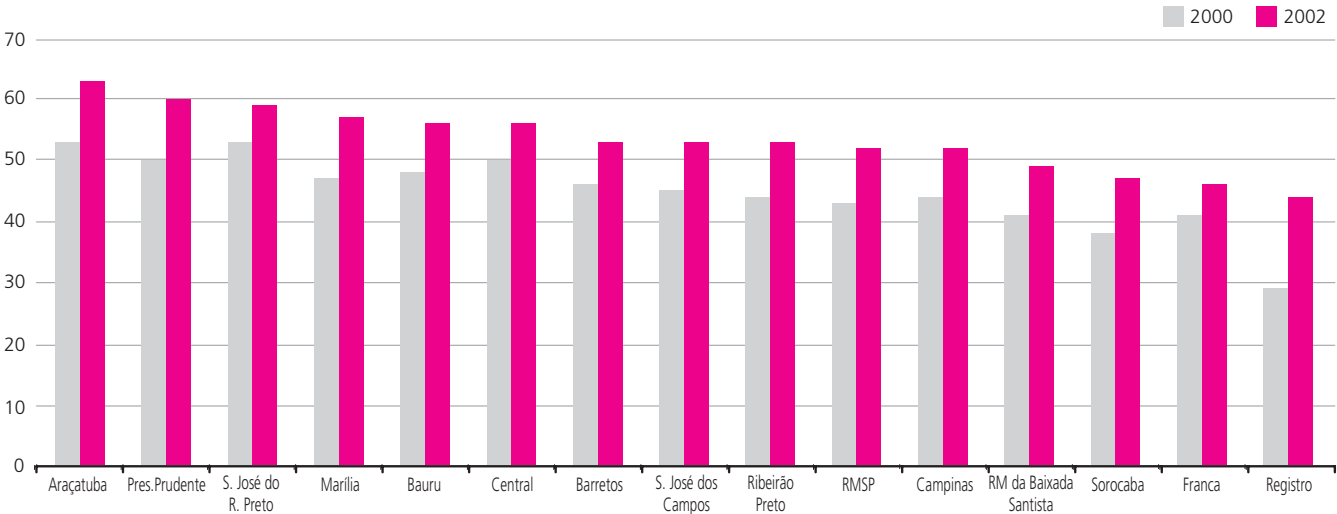
Sob a ótica regional (Gráfico 3), os progressos nesta dimensão foram generalizados, embora com intensidades diferentes nas 15 regiões administrativas. Merecem destaque as regiões de Barretos e Registro, com um aumento relativo superior a 6% do

escore observado em 2000. Isso fez com que Barretos avançasse da décima posição em 2000 para a quinta em 2002. São José do Rio Preto e Ribeirão Preto mantiveram o mesmo posicionamento de 2000, respectivamente, primeiro e segundo lugar no indicador de longevidade. Em contrapartida, a região de Campinas, que ocupava a quinta colocação em 2000, perdeu quatro posições em 2002. A despeito dos progressos alcançados no período, Registro, São José dos Campos e a Região Metropolitana da Baixada Santista continuaram nas últimas posições.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, foram registrados avanços importantes no conjunto do Estado de São Paulo: o escore médio passou de 44 para 52, entre 2000 e 2002.

Gráfico 4
Dimensão Escolaridade
Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
2000-2002



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.
Nota: Escore médio.

11. A taxa de mortalidade infantil para o Brasil foi obtida em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm>. As informações internacionais estão disponíveis em: <http://www.millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_series_list.asp>.

12. Para permitir a adequada comparação entre os Estados brasileiros, adotou-se para todos os Estados, inclusive São Paulo, a estatística oficial disponível mais recente: as taxas de mortalidade infantil estimadas pelo Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc e Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM) e pelo IBGE (estimativas demográficas), publicadas no site: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2003/c01.htm>>, para 2001.

Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental cresceu de 60,5% para 68,1%;
- a parcela das pessoas com 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo variou de 93,8% para 94,5%;
- o percentual de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo variou de 34,7% para 37,7%;
- a proporção de crianças de cinco e seis anos freqüentando a pré-escola aumentou de 59,7% para 75,1%.

Esses resultados mostram o bom desempenho dos indicadores de cobertura do ensino fundamental e educação infantil, com esse último apresentando uma evolução excepcional. O ensino médio, com um desempenho bem mais modesto, ainda se encontra muito longe do ideal, com baixos níveis de conclusão na faixa etária considerada, podendo ser consequência do atraso escolar, ainda presente no sistema educacional do Estado de São Paulo. Em particular para o ensino médio, os dados indicam a necessidade de políticas públicas específicas.

Do ponto de vista regional (Gráfico 4), todas as regiões administrativas apresentaram ganhos no indicador de escolaridade. O aumento no score foi, em média, de 9 pontos, destacando-se a Região Administrativa de Registro, com acréscimo de 15 pontos, elevando em mais de 50% o valor do score de 2000. As regiões com os menores crescimentos foram:

Franca, Central e São José do Rio Preto, essa última saindo da primeira para a terceira posição no *ranking* das regiões administrativas. Registro, apesar do expressivo progresso, ainda se mantém na última posição na classificação geral.

Estes indicadores mostram que, para o conjunto do Estado de São Paulo, a despeito da falta de um crescimento econômico significativo, houve progressos nas dimensões longevidade e escolaridade. Essa constatação demonstra o acerto do paradigma do desenvolvimento humano, adotado pelo IPRS, que considera insuficiente o uso exclusivo da renda como medida das condições de vida da população, uma vez que são freqüentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza e que apresentam sofríveis indicadores sociais, como, por exemplo, a Região Metropolitana de Baixada Santista. A situação inversa também ocorre, como no caso de São José do Rio Preto, que, apesar de ocupar a décima posição em riqueza, é a primeira classificada na dimensão longevidade e a terceira em escolaridade.

No período 2000 a 2002, a despeito da manutenção do padrão espacial, destacou-se a significativa melhora nas dimensões escolaridade e longevidade, observada nos municípios pertencentes ao Vale do Ribeira e região da Serra da Mantiqueira. Esse resultado, aliado ao fato de que essas regiões foram alvos de vários programas sociais implementados no Estado de São Paulo nesses dois anos, indica a importância de políticas públicas adequadas para áreas em situação econômica desfavorável.